



[boletim imprimivel](#) | [assinatura de graça](#) | [Números anteriores](#)

disponível em [Francês](#), [Espanhol](#) e [Inglês](#)

MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS

Número 190 - Maio 2013

NOSSA OPINIÃO

- **“Economia verde”, biodiversidade e “inteligência florestal”**

COMUNIDADES E FLORESTAS

- **Gênero no Patriarcado Fóssil: novo padrão de carbono das mulheres diz “empoderá-las”**
A WOCAN lançou o Women’s Carbon Standard, ou Padrão de Carvão para as Mulheres, promovendo “lavagem de gênero” em um mecanismo que desde o início foi uma falsa solução, e que prejudica os direitos das mulheres, aumenta sua exposição aos impactos das alterações climáticas e agrava a injustiça.
- **Peru: REDD+ põe a selva amazônica e a biodiversidade a serviço do mercado financeiro**
A organização FADEMAD, de pequenos agricultores da Amazônia peruana, adverte, em uma carta pública a seus membros, sobre como o processo de implementação do REDD+ no Peru está promovendo a mercantilização da floresta e de sua biodiversidade, aproveitando a crise climática como uma oportunidade para fazer novos negócios. Um bom exemplo é o Programa de Investimento Florestal (FIP) do Banco Mundial no país. Ao mesmo tempo em que responsabiliza os pequenos agricultores pelo desmatamento, esse programa abre caminho às plantações de monocultivos em grande escala, como o dendê e projetos de mineração e extração de gás e petróleo.
- **Exploração madeireira em grande escala em África permeada por suborno e corrupção**
Licenças para extração de madeira voltadas a promover pequenas empresas e atender às necessidades locais estão sendo alocadas às centenas a madeireiras industriais em Camarões, República Democrática do Congo (RDC), Gana e Libéria.
- **Bacia do Congo: Relatório sobre a expansão das plantações de dendezeiros**
Megaprojetos cobrindo cerca de meia milhão de hectares, envolvendo várias empresas e países na Bacia do rio Congo, estão sendo implementados apesar da forte oposição contrária por causa dos prováveis impactos sobre florestas e comunidades locais.

COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- **Brasil: a ameaça da expansão do monocultivo de eucalipto no Nordeste**
A chapada de Araripe - entre os estados de Piauí, Ceará e Pernambuco -, uma região coberta pelo bioma da caatinga, extremamente rico e biodiverso, e onde predomina a agricultura camponesa, enfrenta uma nova ameaça: o monocultivo de eucalipto para fins de geração de energia.
- **Concentração vietnamita de terras no Camboja e no Laos para plantações de seringueira: sigilo, destruição e violência**
Pesquisa da Global Witness denuncia a concentração de terras por parte de empresas vietnamitas para

plantar seringueiras, chegando em sigilo e com conexões obscuras com as elites locais no Camboja e no Laos.

- **Guatemala: dendê promove nova expulsão de comunidades rurais**
As comunidades rurais do município de Sayaxché, Petén, sofrem atualmente uma segunda expulsão, na maior parte, forçada, provocada pelas empresas de dendê.
- **Serra Leoa: aquisição de terras em grande escala para o negócio do dendê no distrito de Pujehun**
Um poucas corporações concentrarão o controle de mais de 75% da terra arável no distrito de Pujehun, para agricultura industrial em grande escala, principalmente plantações de dendê, privando as comunidades de agricultores locais de suas terras e suas árvores.

POVOS EM AÇÃO

- **Quarta marcha uruguaia em defesa da Terra, da Água e da Vida**
- **Ajude a parar os eucaliptos transgênicos**
- **Unificar a luta pela Amazônia no Brasil**
- **Parem de destruir a Floresta Tropical Yasuni**
- **Protesto na Índia contra a repressão continuada por parte do Estado em movimento de pessoas que se opõem à POSCO**
- **Carta de solidariedade a comunidade do Cumbe, Ceará, Brasil, frente à criminalização**

RECOMENDADOS

- **“Um panorama das plantações industriais de árvores no Sul Global. Conflitos, tendências e lutas de resistência”**
- **“Walking on Caves of Fire”**
- **“Towards a Post-Oil Civilization. Yasunization and other initiatives to leave fossil fuels in the soil”**
- **“Genetically Engineered Trees and Bioenergy. A Growing Threat to Forests and Communities”**
- **“La ruina de la fractura hidráulica”**

NOSSA OPINIÃO

- “Economia verde”, biodiversidade e “inteligência florestal”

O novo “desenvolvimento sustentável” se chama “economia verde”, algo que funcionará a partir de um “crescimento verde”. Principalmente desde a Rio+20, a ONU e governos nacionais tentam deixar transparecer aos povos do mundo um renovado compromisso com uma política responsável em relação ao meio ambiente e ao futuro do planeta. Chamar tal política de “verde”, uma cor associada à natureza, soa bem. Mas, por ser verde, será que esta política se preocupa também com a biodiversidade? Será que nossa “economia verde” do futuro será também uma “economia biodiversa”?

O Instituto para o Crescimento Global Verde, GGGI (Global Green Growth Institute), apresenta seus serviços falando de “rigorosas estratégias de desenvolvimento econômico baseadas em crescimento verde”. Quem contrata seus serviços pode contar com uma assessoria que promete ensinar a metodologia de como elaborar

o “plano de crescimento verde”, podendo contar também com ajuda para montar parcerias “público-privadas” para que as empresas assumam um papel ainda mais preponderante no mundo, além de oferecer serviços de pesquisa. Mas nada sobre biodiversidade. Sendo assim, o que significará, exatamente, “verde” nos planos do GGGI e outros consultores especializados em “crescimento verde”?

Um tipo de “verde” aparece, por exemplo, no Peru (veja artigo neste boletim), onde o GGGI é uma das instituições que oferece ajuda para um desenvolvimento “verde” na floresta amazônica. A oferta inclui vários esquemas de REDD. Uma opção apontada nos planos para implementar o REDD+ é a das plantações de dendê, uma árvore certamente verde por fora e, por cima, uma “energia renovável” capaz de armazenar carbono. Plantado em monocultura, o dendê acaba com a diversidade biológica e cultural. Assim, transforma-se em uma atividade lucrativa na qual as árvores em crescimento contribuem para o “crescimento verde” e “renovável” – uma simbologia perfeita.

Outro aspecto “verde” nos planos para o Peru é o tão propagado “manejo florestal sustentável”, que aparece como conceito praticamente inquestionável do ponto de vista ambiental porque manteria a “floresta em pé” e, com isso, contribuiria também para a manutenção da biodiversidade do lugar. No entanto, muitos são os problemas relatados com este tipo de “manejo” (veja boletim 188 do WRM) em áreas geralmente dadas em concessão às empresas madeireiras. Mesmo um desmatamento seletivo tem se mostrado destrutivo e empobrece a biodiversidade; além disso, nas áreas de concessões, violações dos direitos das comunidades locais têm sido repetidamente relatadas.

Mais um aspecto “verde”, por mais incrível que pareça, é o mecanismo de “compensação”, essencial para que o “crescimento verde” garanta, sobretudo, “o crescimento”. Esse mecanismo permite que continue o crescimento destrutivo das atividades desenvolvidas em grande escala em áreas de florestas, como a exploração de petróleo, o agronegócio, a mineração, as hidrelétricas. No entanto, a idéia é que se tomem medidas que compensem possíveis danos, por exemplo, garantir a preservação de uma floresta “equivalente” em outro lugar ou simplesmente fazer uma “floresta plantada” de monocultura “verde”, sempre que a destruição para implementar a mineração se fizer “necessária”.

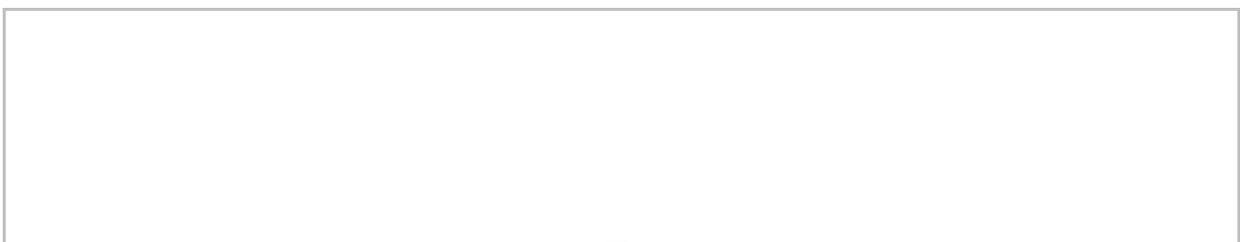
Se isso parece incrível, as empresas de consultoria que pensam essas formas “inovadoras” de crescimento não deixam por menos nas suas propagandas: a finlandesa Indufor, uma empresa consultora na área florestal e contratada para elaborar o Plano de Investimento Florestal (FIP) no Peru, um dos programas para estimular o REDD+ e o comércio de “serviços ambientais”, afirma em sua página na internet que pratica “inteligência florestal”, associada a algo “analítico, criativo e prático”. A consultoria apresenta a seus clientes “soluções florestais” que são “sustentáveis e efetivas em termos de custo”.

Ou começamos a usar e aplicar a sabedoria e a criatividade presentes em tantos povos e comunidades para elaborar e implementar planos que possam realmente salvar as florestas e a biodiversidade, bem como o mundo, das crises climática e ambiental, ou vamos entregar definitivamente o mundo em crise à “inteligência” de consultores e seus parceiros, ávidos por transformar graves problemas quase milagrosamente em “soluções” que permitam mais negócios e lucros para eles e seus clientes, e menos florestas e biodiversidade para as comunidades.

- Início

COMUNIDADES E FLORESTAS

- **Gênero no Patriarcado Fóssil: novo padrão de carbono das mulheres diz “empoderá-las”**





A WOCAN lançou o Women's Carbon Standard, ou Padrão de Carvão para as Mulheres, promovendo “lavagem de gênero” em um mecanismo que desde o início foi uma falsa solução, e que prejudica os direitos das mulheres, aumenta sua exposição aos impactos das alterações climáticas e agrava a injustiça.

Outro padrão foi lançado em um mercado morto que, desde o início, foi uma falsa solução. Indústrias poluentes e consultorias foram as principais beneficiárias desse mercado de carbono, e sua existência promoveu a ilusão de que a mudança climática poderia ser interrompida compensando-se as emissões ou as mudando de lugar, em vez de reduzi-las. Em 24 de abril de 2013, a Women Organizing for Change in Agriculture & Natural Resource Management (WOCAN) lançou o Padrão de Carvão para as Mulheres. Com patrocínio de até “alguns milhões de dólares” do Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB), a diretora da WOCAN, Jeannette Gurung, descreve o padrão como “um selo de certificação único, que cria uma referência para apoiar projetos de compensação de carbono ou energias renováveis que promovam o empoderamento das mulheres e o desenvolvimento sustentável”. A partir da informação disponível sobre o padrão, não fica claro quanto desses “alguns milhões de dólares” chegou aos grupos de mulheres e quanto foi para as mãos de consultores. De acordo com as informações disponíveis, o padrão certificaria os benefícios da crescente participação de mulheres na compensação de carbono e no desenvolvimento de projetos de energia renovável, e apoiaria projetos que criassem maiores benefícios econômicos diretos ou indiretos para mulheres.

No entanto, surge a pergunta: como esse padrão poderia fazer mais do que levar a cabo uma “lavagem de gênero” em um mecanismo que, por seu perfil, prejudica os direitos das mulheres, aumenta a exposição delas aos impactos das alterações climáticas e agrava a injustiça, ao permitir que aqueles que historicamente têm emitido mais gases do efeito estufa e, portanto, são os principais responsáveis pela mudança climática, emitam ainda mais? Onde está o empoderamento para as mulheres que vivem em comunidades rurais no Sul global, a quem se pede que reduzam suas parcas emissões da queima de lenha para cozinhar, de modo que compradores ricos e esbanjadores nos mercados de carbono empresariais e voluntários possam, com a consciência limpa, continuar expelindo enormes emissões?

As causas subjacentes da perda de poder por parte de mulheres rurais que permanecem presas à pobreza estrutural continuam sem ser questionadas e a ligação entre o mercado de carbono e o desenvolvimento que passa ao largo delas, mas pelo qual pagam o preço de vidas pobres, permanece sem solução segundo esse padrão. O padrão de carbono para as mulheres também não fará coisa alguma para enfrentar os impactos nocivos da grande maioria dos projetos de compensação de carbono sobre a vida dessas mulheres, pois só será aplicável aos “projetos adequados ao mecanismo” – o que significa os poucos projetos de pequeno porte que, por exemplo, vendem fogões a famílias empobrecidas ou apoiam a instalação de biodigestores. É altamente discutível se um padrão de certificação voluntária pode não apenas resolver os problemas que surgiram, mesmo com esses projetos supostamente benéficos (ver a publicação de Mausam, 2010, com estudos de caso sobre a Índia), mas também transformar esses projetos em “empoderamento das mulheres”. E mesmo que isso realmente proporcionasse alguma receita adicional a um seleto número de mulheres com acesso ao projeto, a que custo viria esse dinheiro?

A declaração lançada em resposta ao padrão diz: “Nós [...] rejeitamos o Padrão de Carbono para as Mulheres”, “projetos de compensação de carbono que tenham sérias implicações de gênero”, “metodologias para mulheres e crianças” e a promoção e a certificação de projetos de comércio e compensação de carbono de qualquer espécie, que se apresentem na forma de empoderamento e liderança das mulheres, ou o bem-estar

de nossas famílias e de nossos filhos. O comércio de carbono viola nosso direito à vida ao vender licenças para que os poluidores poluam e ao piorar a mudança climática. Projetos de compensação de carbono resultaram em concentração de terras, abusos dos direitos humanos, violação dos direitos de mulheres, crianças e povos indígenas, desalojamento forçado, guardas armados, prisões, perseguição e criminalização de ativistas. Defendemos a vida e os direitos humanos, e exigimos justiça climática imediatamente!"

Em 2011, a Gender CC-Women for Climate Justice, uma rede global de mulheres, ativistas de gênero e especialistas de todas as regiões do mundo, que trabalham por justiça de gênero e climática, emitiu uma declaração em resposta aos esforços da ONU para incluir florestas no mercado de carbono por meio do REDD. Sobre a questão de gênero e os mercados de carbono, a Gender CC diz que: "Por mais importante que seja integrar o tema de gênero aos mercados de carbono e REDD+, estes ainda são falsas soluções que podem levar a uma disputa venenosa por recursos e gerar perigo, desalojamento e enfraquecimento". Temos que nos perguntar se é possível alcançar políticas de gênero significativamente plurais (gender mainstreaming) e empoderamento das mulheres no contexto de um mecanismo que, por natureza, aumenta o risco de mudança climática descontrolada, com impactos que afetarão particularmente as mulheres.

A declaração "Carbon Trading, CDM and REDD: New Forms of Violence against Women NOT Women's Empowerment", organizada pela No REDD+ / Global Alliance of Indigenous Peoples and Local Communities on Climate Change against REDD and for Life está disponível em <http://wrm.org.uy/temas/REDD/noredd-esp.pdf> (espanhol) e <http://wrm.org.uy/subjects/REDD/noredd-english.pdf> (inglês) para assinar.

Artigo baseado em:

WOCAN Women's Carbon Standard: Leveraging Carbon Finance for Women's Empowerment

<http://wocan.org/sites/drupal.wocan.org/files/WOCAN%20Women's%20Carbon%20-1.pdf> e

<http://www.womenscarbon.org/sites/default/files/womens-carbon-standard.pdf>; "Still A Frozen Pie: GenderCC - Women for Climate Justice on the Bangkok Intersessional Meeting 2011," nota à imprensa da GenderCC, 7 de abril de 2011, http://www.gendercc.net/network/gendercc-news/news-details/browse/1/article/still-a-frozen-pie-gendercc-on-the-bangkok-intersessional-meeting-2011/169.html?no_cache=1

- [Início](#)

- Peru: REDD+ põe a selva amazônica e a biodiversidade a serviço do mercado

A Amazônia peruana abarca 61% da superfície do país, ocupando a quarta posição mundial em tamanho de floresta tropical. Por ter essa grande área florestal, o Peru também é um país extremamente biodiverso, ocupando, por exemplo, o quinto lugar do mundo em diversidade de plantas, com cerca de 25 mil espécies registradas.

As florestas amazônicas no Peru estão muito ameaçadas, como já relatamos em boletins anteriores do WRM

(188, 166, 161). Entre as causas diretas do desmatamento estão os grandes projetos de mineração, a extração de petróleo e gás, as concessões florestais para madeiras, a construção de estradas – inclusive no marco do programa de infraestrutura regional IIRSA –, a criação extensiva de gado e, mais recentemente, as plantações de dendê. A isso se soma o desmatamento pela mineração "ilegal", além das atividades agrícolas, como os cultivos de coca ditos "ilícitos". Por outro lado, as populações indígenas e camponesas que dependem da floresta e convivem com ela sem destruí-la travam uma árdua batalha para defender seus direitos e seus modos de vida. Como consequência dessa longa luta, cerca de 15 milhões de hectares já se encontram sob algum tipo de controle indígena legalmente reconhecido. Ainda restam ao menos 8 milhões de hectares de reservas pendentes que não foram delimitados, nos quais muitas comunidades são ocupantes de suas próprias terras. Além disso, ainda falta sistematizar centenas de comunidades e territórios.

A implementação oficial do REDD+ no Peru, em curso desde 2009, criou expectativas na população da região, por meio de um atrativo discurso que anuncia querer atacar as causas do desmatamento, como a indústria extrativa, garantir a participação e o respeito aos direitos da população, melhorar a frágil e desarticulada gestão das florestas e gerar riquezas. No entanto, na prática, o REDD+ demonstra cada vez mais que se trata de promessas vazias, enquanto um pequeno grupo de atores busca aumentar seus negócios com a floresta e a biodiversidade.

Culpando os pequenos agricultores pelo desmatamento

Nos últimos anos, e como resposta à mudança climática, o Banco Mundial deu início a dois programas vinculados a florestas, que promovem os mercados de carbono e o florestamento comercial. Um deles é o FIP – o Programa de Investimento Florestal. A informação mais recente desse programa no Peru, com apoio do Banco Mundial e do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), mostra que o desmatamento aumentou de 91 mil hectares no período 2000-2005 para 163 mil hectares entre 2005 e 2009, o que coincide com o aumento dos índices de “crescimento” da economia – em média, 7,5%. Esse crescimento se deve principalmente à exportação de recursos naturais, com a mineração como principal atividade, sendo equivalente a 63% do valor das exportações. Por sua vez, o FIP do Peru afirma que 75% do desmatamento foram causados pela abertura de pequenas áreas florestais por agricultores, principalmente camponeses migrantes e empobrecidos que tratavam de sobreviver, e que os grandes projetos exportadores têm apenas um papel secundário. Contudo, o que faltou explicar ao FIP, inclusive quando os camponeses migrantes andaram desmatando, foram as causas subjacentes desse fenômeno, além de explicar que, para que essas pessoas chegassem à Amazônia, foram construídas estradas anteriormente, algo que em geral está motivado pelo interesse das empresas e do Estado na região, para colocar em circulação produtos e recursos naturais.

Assim como outras iniciativas anteriores do Banco Mundial, o FIP parece mostrar pouco interesse em uma análise das causas subjacentes do desmatamento no Peru. Em lugar de apontar acusadamente os pequenos agricultores pela criação de pequenas áreas destinadas à agricultura de subsistência, seria o caso de esperar que o Banco tivesse aprendido a lição de suas fracassadas tentativas anteriores de frear o desmatamento. Essas tentativas, além disso, caracterizaram-se por uma falta de análise, de compreensão e de ação sobre as causas subjacentes que motivaram a perda de florestas.

Não obstante, o FIP segue com seu hábito de não se mostrar muito preocupado com os grandes projetos de extração de minerais, petróleo e gás, porque afirma que, ao se fazer um EIA (Estudo de Impacto Ambiental) nesses casos, os impactos dos projetos citados são devidamente identificados e mitigados. Porém, o FIP não menciona os problemas estruturais vinculados à realização desse tipo de estudo no Peru, demonstrando ser um instrumento extremamente frágil para evitar e/ou reduzir impactos, algo que não ocorre apenas no Peru. Por acaso se poderia dizer que mitigar os impactos dos grandes projetos de extração é tão fácil, quando o próprio FIP admite que, em 2012, houve 148 casos registrados de conflitos entre empresas e comunidades, 105 dos quais estavam relacionados à mineração e 24 à extração de petróleo e gás?

Os autores do FIP admitem que, em zonas com algum tipo de proteção, inclusive em terras indígenas, ocorre menos desmatamento. Ou seja, nada seria mais óbvio do que propor a regularização de todas as terras indígenas e as de outras populações que dependem da floresta e a cuidam, bem como envolver essas populações no manejo florestal. O que acontece na prática é que as populações locais não são prioridade para o FIP. Tanto que, pelo menos 70% dos cerca de 50 milhões de hectares que foram dados em concessão ou estão sendo negociados por empresas de mineração, petróleo e gás na Amazônia se sobrepõem a territórios indígenas. O FIP se alinha aos interesses corporativos que iniciaram a “venda neoliberal” da Amazônia e, em lugar de identificar os grandes projetos como as causas do desmatamento, culpa os pequenos agricultores. Além disso, o programa parte de uma premissa totalmente diferente: considera a floresta, seus “recursos naturais” e a biodiversidade como oportunidades para desenvolver os mercados. E agora também se incluem o mercado de carbono e os “serviços ambientais” em geral, para promover um “desenvolvimento sustentável,

inclusivo e competitivo na Amazônia”. Isso significa, obviamente, as grandes empresas e não as comunidades indígenas e camponesas que têm afirmado constantemente que não compartilham a visão mercantilista sobre a floresta.

A Federação Agrária Departamental de Madre de Dios (FADEMAD), por exemplo, recebeu de uma ONG chamada AIDER, em março de 2013, a proposta de plantar 5.000 hectares por meio de agrossilvicultura. Na reunião, um representante peruano da organização LIVELIHOODS expressou gentilmente seu interesse em apoiar a proposta. Mas, ao final da conversa, disse que já tinha “compradores” no “primeiro mundo” que estavam interessados em compensar suas emissões no Norte, apoiando o florestamento no Sul. Os representantes da FADEMAD responderam que gostariam muito de desenvolver o projeto de agrossilvicultura, algo que costumam fazer, mas que não têm interesse em fazer negócios com o carbono. Suas razões se basearam em outro projeto conhecido na região, pelo qual a população que assinou os contratos teve que abrir mão de seus direitos. A FADEMAD observa também que algo que eles costumavam fazer desde muito tempo antes – a agrossilvicultura – apenas agora parece interessar a ONGs e empresas, porque se podem fazer negócios (de carbono) com ela.

Quem se beneficia com o REDD+? (*)

Certamente, o REDD+ implica um grande benefício a alguns, por exemplo, os consultores que prepararão os estudos – como a finlandesa INDUFOR, contratada para elaborar o FIP no Peru, – as ONGs que atuam como intermediárias dos contratos entre os compradores estrangeiros de carbono – poluidores como empresas de petróleo ou bancos – e os “provedores” locais – na maioria, camponeses e/ou indígenas –, além de outros que vão desenvolver e implementar as formas “complexas” e, por tanto, onerosas, de “medir” e “monitorar” o carbono da floresta. O caso do Peru também mostra que o foco no mercado, nos negócios, parece ser quase equivalente a uma constante falta de transparência com quem é “objeto” da negociação, algo que tem ocorrido em todo o mundo.

Com a mira nos mercados, o FIP está centrado em ações que buscam formas de aumentar o “estoque” ou os sumidouros de dióxido de carbono e, com isso, o volume financeiro dos “créditos de carbono” que podem ser negociados a partir da floresta ou de plantações. Essas ações incluem: (1) dar concessões para a extração de madeira sob o que se chama “manejo florestal sustentável”, preferivelmente com “certificações” – por exemplo, como a do FSC. O FIP sugere a associação com o Instituto Brasileiro de Florestas para a formação de técnicos, o que significa um forte incentivo a uma atividade que já foi muito questionada no Peru por parte das comunidades indígenas e camponesas, e uma importante causa de desmatamento, algo que é minimizado pelo FIP; (2) promover a agricultura do “carbono positivo”, como as plantações de dendê - que já contam com o apoio estatal e internacional como alternativa às plantações “ilícitas”. Trata-se de uma falsa suposição porque, além de promover um monocultivo que gera numerosos impactos social e ambientalmente negativos, o uso do óleo de dendê como fonte de energia pode gerar até 25% a mais de emissões em comparação com os combustíveis fósseis, se forem incorporadas ao cálculo as mudanças no uso do solo; (3) promover plantações de árvores em grande escala nas regiões das quais estão vindo os camponeses migrantes, sugerindo a plantação de 250 mil hectares em Cajamarca e Huánuco, próximo a San Martín e Ucayali, o que geraria emprego e capturaria carbono; um projeto semelhante no Equador já mostrou como essa proposta gera muito mais problemas para as comunidades camponesas e só é interessante às empresas de plantações (<http://wrm.org.uy/wp/es/libros-e-informes/sumideros-de-carbono-en-los-andes-ecuatorianos/>); (4) promover um mercado interno de carbono buscando uma “inovação dos produtos financeiros”, incluído o capital financeiro especulativo, como, por exemplo, os “fundos de capital de risco”. Tudo isso representa não apenas um processo de financeirização e maior privatização da natureza, mas também um aprofundamento do processo neoliberal que já estava em curso no Peru e na América Latina há décadas, com graves impactos sociais e ambientais.

O FIP para o Peru também cita a nova lei florestal como algo positivo, por exemplo, ao permitir que os grandes empreendimentos “compensem” a destruição eventualmente causada, o que pode abrir ainda mais

oportunidades de negócios. O princípio da “compensação” é algo repetido e fundamental na proposta do REDD+, na medida em que qualquer desmatamento necessário em um futuro desejado de “desmatamento zero” recorre a esse princípio, por exemplo, promovendo plantações de árvores, falsamente chamadas de “florestas”. Sobre essa nova lei, a FADEMAD diz: “Uma análise rápida (...) nos mostra as incoerências da proposta de crescimento econômico e sustentabilidade ambiental (sob cujo pretexto está se fazendo o saque de nossos recursos naturais); em mais de trinta artigos da Lei, além de mencionar os serviços dos ecossistemas, mencionam-se também as plantações florestais e até a agrossilvicultura”.

Adicionalmente, o programa FIP afirma que busca “sinergia” entre mais de 100 iniciativas no âmbito do REDD+ no Peru, o que já representa cerca de 400 milhões de dólares em investimentos, entre eles, KfW e GIZ (Alemanha,) USAID (EUA), FAO-Finlândia e o governo do Japão, inclusive a JICA, além do Banco Mundial (BM) e do BID que, juntamente com o braço privado do BM – a Corporação Financeira Internacional (CFI) – se concentrariam na titulação das terras e no apoio às empresas madeireiras para trabalhar “sustentavelmente”. Também participam ativamente fundações que buscam promover a “economia verde”, como o Instituto de Crescimento Global Verde (Global Green Growth Institute), com o objetivo de “desenvolver rigorosas estratégias de crescimento econômico verde”. Outra fundação privada é a GBMF que, junto com a KfW-Alemanha, financia o componente de medição, registro e verificação (MRV) do REDD+ no Peru, enquanto o FIP promete ajudar em sua implementação. O MRV é uma peça fundamental para se conseguir que o carbono possa ser comercializado nos mercados internacionais. Todos os países citados têm fortes interesses econômicos no Peru, além de consumir parte dos recursos naturais exportados.

Por fim, o FIP admite que, ao criar um melhor ambiente de “negócios” na Amazônia peruana, com mais infraestrutura e atividades econômicas, poderia haver aumento de fenômenos indesejados, como a migração e a ocupação “desordenada” do território e, conseqüentemente, o desmatamento. Em resposta a isso, são apresentadas propostas como o ordenamento territorial, a “sinergia” entre as instituições, além da proposta de uma “gestão descentralizada”, como um conjunto de medidas que prometem resolver, num passe de mágica, qualquer problema maior.

Observações finais

A proposta do REDD+, desde que começou a ser defendida, trata do carbono, ou seja, da redução dos gases do efeito estufa provenientes do desmatamento e da degradação florestal. Por mais que as organizações preocupadas com a destruição florestal busquem transformar esse conceito e incluir uma visão holística da floresta – com direitos dos povos da floresta, biodiversidade e outras coisas – e ainda que o REDD+ tenha supostamente ampliado o conceito do REDD, os que querem promover o REDD+ pensam principalmente no carbono e sonham com um mercado de carbono. Como em qualquer mercado, os compradores se preocupam em primeiro lugar com o valor e a qualidade da mercadoria, além de querer explorar outros mercados. É assim que o REDD+ está se desenvolvendo no Peru, e a experiência dos últimos anos está pondo em evidência que os projetos de REDD+ não defendem nem melhoram os interesses dos povos indígenas e dos pequenos agricultores.

Sendo assim, o REDD+ é outro mercado de negócios, em plena crise climática, que – em sintonia com mercados como o das indústrias extrativas, o das empresas de dendê e das madeireiras – termina aumentando as ameaças já existentes aos povos da Amazônia. Além disso, a ação dos promotores do REDD+ tem um caráter ainda mais perverso: gera graves divisões nas comunidades e tira proveito do fato de que essas comunidades e suas organizações travam uma árdua luta com muitas dificuldades. Como diz a FADEMAD: “Nossa debilidade estrutural, vista de fora, é a melhor oportunidade para todos aqueles que pretendem implementar seus planos no contexto da Amazônia. O divisionismo e as lutas internas não apenas debilitam os processos de fortalecimento, mas também abrem caminho ao oportunismo político e à agressão aos bens comuns”.

Por ter sido projetado para funcionar como um mecanismo de mercado, o REDD+ não vai reduzir o

desmatamento (nem, portanto, a contaminação) e sim conceder “direitos” para seguir contaminando. Desse modo, agravará a crise climática e a situação de depredação na Amazônia por parte dos grandes projetos extrativos. E isso também afetará cada vez mais as florestas tropicais e seus habitantes no Peru – um país já marcado como um dos mais afetados, em nível mundial, pelas mudanças climáticas, tanto na região andina quanto na amazônica.

(*) O Programa REDD+ (Redução de Emissões por Desflorestamento e Degradação de Florestas) se baseia na ideia de que o dióxido de carbono que as árvores absorvem naturalmente poderia compensar as emissões poluidoras produzidas em outro lugar. Isso dá lugar ao que se conhece como “mercado de carbono”, onde os poluidores podem comprar créditos de carbono de projetos de compensação. Para ver os preocupantes efeitos que o REDD+ vem tendo em territórios e populações indígenas em nível mundial, ver a publicação “10 alertas sobre REDD para comunidades”, <http://www.wrm.org.uy/publicaciones/10AlertasREDD-esp.pdf> e vários outros artigos e publicações em <http://www.wrm.org.uy/temas/REDD.html>

Fontes: Crítica ao FIP por parte da IDESEP (http://issuu.com/aidesep/docs/an_lisis_pif_versi_n_14.02.13?mode=window); Plano FIP, versão de 15-03-2013 (<http://wrm.org.uy/paises/Peru/PIF-PERU.pdf>), Relatório público da FADEMAD – Federação Agrária Departamental de Madre de Dios (<http://wrm.org.uy/paises/Peru/Informe-FADEMAD-Peru.pdf>), La realidad de REDD+ en Perú: entre el dicho y el hecho, produzido por AIDSESP, FPP e outros (http://www.forestpeoples.org/sites/fpp/files/publication/2011/11/la-realidade-de-redd-en-peru-entre-el-dicho-y-el-hecho-para-el-sitio-web_0.pdf)

- Início

- Exploração madeireira em grande escala em África permeada por suborno e corrupção

O desmatamento foi e ainda é um flagelo violento, com causas visíveis e ocultas. Uma das causas mais destacadas e visíveis do desmatamento na África é o duo entre suborno e corrupção, que há muito infecta o setor florestal no continente. Muitos esforços e muito dinheiro têm sido dirigidos à reforma das leis e ao reforço do Estado de direito nos países produtores – mas eles têm fracassado.

O novo relatório da Global Witness, “Logging in the shadows”, (disponível em http://www.globalwitness.org/sites/default/files/library/Shadow%20Permit%20Report%202013%20Final_Web_0.pdf)

identifica como as licenças para promover as pequenas empresas e atender às necessidades locais estão sendo alocadas às centenas a madeireiras industriais em Camarões, República Democrática do Congo (RDC), Gana e Libéria.

Na Libéria, a Atlantic Resources Ltd. e a Alpha Logging & Processing Inc. – empresas ligadas à gigante malásia Samling Global Ltd – obtiveram direitos de exploração de madeira sobre 10% do território do país via este tipo de licenças “artesaniais”, apesar da duvidosa reputação global da Samling.

Alocadas em sigilo e sujeitas a poucos controles sobre suas operações, essas licenças facilitam o acesso rápido às florestas para grandes operações madeireiras altamente lucrativas, sem que haja fiscalização por parte das autoridades. Geralmente, incluem baixa tributação, escassa consulta à população local, pouco ou nenhum beneficiamento local e mínimos requisitos ambientais.

Como o relatório aponta: “A ausência de controle eficaz sobre operações com licenças “artesaniais” permite às madeireiras operar com pouca consideração para com o meio ambiente. Raramente ou nunca são realizadas avaliações de impacto ambiental, e a tendência a usar a mesma licença em vários locais aumenta o potencial para danos ambientais. As consequências têm sido particularmente chocantes na Libéria, onde 40% das florestas do país foram alocados através de Licenças de Uso Privado”.

Vencendo o sigilo, foi possível denunciar o uso das licenças “artesaniais” em todos os quatro países, mas a informação foi publicada muito tempo depois de a extração de madeira ter começado e quando já era tarde demais para as florestas e os povos da floresta.

O relatório conclui que essas licenças são produto de uma economia política que privilegia o poder, o clientelismo e interesses vigentes em detrimento dos interesses da sociedade em geral e do meio ambiente. O mau comportamento por parte das elites egoístas e irresponsáveis desgasta a confiança dos cidadãos no governo e sufoca o crescimento das economias locais sustentáveis. Na ausência de um sistema de licenças para uso local que funcione, as comunidades que dependem da floresta são obrigadas a suprir suas necessidades de madeira de forma ilegal, prejudicando ainda mais o estado de direito.

Embora a corrupção seja identificada como uma causa subjacente do desmatamento, o relatório reconhece que, sem abordar também outras causas do desmatamento, como a demanda global por madeira, os Acordos de Parceria Voluntária (APVs) da Europa e outras iniciativas – como o Regulamento relativo à Madeira da União Europeia (EUTR) e a extensão da chamada Lei Lacey, nos Estados Unidos – vão fracassar na redução do desmatamento.

São apresentadas recomendações valiosas, incluindo um processo de alocação aberto, transparente e competitivo. Os objetivos são garantir que se pague um preço justo pelo acesso aos recursos, que os importadores europeus e norte-americanos não pressuponham que a madeira é legal porque tem licença, que se aumentem os esforços para proporcionar um marco jurídico significativo às formas de manejo florestal comunitário e que se dediquem recursos suficientes à sua implementação, para que os povos que dependem da floresta possam desfrutar de um controle adequado sobre seus próprios recursos.

Além disso, o relatório não diz, mas seria necessário questionar em muito todo o padrão de produção, comércio e consumo que alimenta a indústria madeireira, bem como o suborno e corrupção que o permeiam.

- Início

- Bacia do Congo: Relatório sobre a expansão das plantações de dendezeiros

Em fevereiro de 2013, a Rainforest Foundation UK lançou um novo relatório acerca dos impactos existentes, mas, acima de tudo, esperados, que terão as grandes plantações de dendê na Bacia do Congo sobre as florestas e as populações locais. Megaprojetos que cobrem meio milhão de hectares e envolvem diferentes empresas e países da Bacia estão em andamento e implicarão a quintuplicação das monoculturas industriais de dendê na região.

O relatório “Seeds of Destruction” (Sementes da destruição) apresenta uma visão geral dos planos de expansão para o dendê na Bacia do Congo e apresenta casos específicos das empresas Herakles Farms, Olam e Atama Plantation.

A Atama Plantations SARL, cuja proprietária majoritária é a Seong Wah Malásia, que tem como negócio principal ser “especialista em revestimento de tubos”, plantará 180 mil hectares de dendezeiros em um acordo de concessão que abrange 470 mil hectares no norte do Congo, em sua maioria, florestas. As evidências sugerem que a área designada para derrubada parece ser principalmente de floresta tropical intacta. Apesar de não haver evidências de avaliações sociais e ambientais, nem do consentimento livre, informado e prévio dos povos locais, o projeto da Atama deu início à derrubada em grande escala da floresta.

A Olam, gigante do comércio de commodities agrícolas de Cingapura, entrou em um acordo com o governo do Gabão para plantar 130 mil hectares de dendezeiros no país, rico em florestas, com potencial para importantes impactos ambientais e consequências sociais incertas, especialmente para comunidades tradicionais de floresta.

A fase inicial da plantação de dendê se dará em Kango, na região do Estuaire, a cerca de 60 quilômetros de Libreville, e em outra área um pouco mais ao sul, em Mouila, onde há grandes áreas florestais com alto valor de conservação (ver, também, <http://www.wrm.org.uy/bulletin/187/viewpoint.html#10>).

A Herakles Farms, Sediada em Nova York e fundada pelo grupo de investimentos Herakles Capital, está desenvolvendo 60.000 hectares de plantações de dendezeiros em Camarões, alguns próximos a vários santuários da vida selvagem e áreas protegidas. O empreendimento, que recebeu generosos incentivos fiscais do governo camaronês, tem gerado polêmicas em nível local, nacional e internacional. A forte oposição à expansão, incluindo a denúncia de negociações secretas entre a empresa e representantes do governo camaronês quando o contrato foi inicialmente concedido em 2009 e a consulta direta tardia às comunidades afetadas, que foram criticadas por geralmente envolver presentes e outros incentivos, levaram a Herakles recentemente a interromper seus planos e a buscar a certificação da Mesa Redonda do Dendê Sustentável (RSPO). De acordo com as últimas informações recebidas via Palm Watch Africa, o futuro do projeto parece estar em questão, uma vez que o Ministério de Florestas e da Vida Selvagem de Camarões (Ministry of Forestry & Wildlife, MINFOF) emitiu uma ordem que pede que a empresa pare de preparar a terra perto de seu viveiro de Talangaye, com a retomada das atividades “sendo sujeita a uma declaração de utilidade pública em relação à zona onde todo o projeto está localizado”.

Os governos que aplicam essas políticas de promoção de grandes plantações de dendezeiros citam argumentos como a criação de empregos e o desenvolvimento do setor agrícola. Porém, a realidade costuma ser que, após um impulso inicial de postos de trabalho para a preparação do local, a renda que se perde é maior do que a que se gera, devido a destruição e expulsão da agricultura pequena e de subsistência. A implantação deste modelo de desenvolvimento do setor agrícola também significa o desmatamento em grande escala, com todas as suas consequências para a biodiversidade, a diversidade cultural, a diversidade linguística e os modos de vida dos povos da floresta.

A enorme assimetria de poder político entre as grandes empresas apoiadas pelo governo e as comunidades que dependem da floresta – a maioria sem direitos formais à terra e com voz política e influência limitadas – é uma característica comum deste tipo de “desenvolvimento”.

O relatório da Rainforest Foundation, “Seeds of Destruction”, está disponível em <http://www.rainforestfoundationuk.org/files/Seeds%20of%20Destruction,%20February%202013.pdf>

- Início

COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- **Brasil: a ameaça da expansão do monocultivo de eucalipto no Nordeste**

A chapada do Araripe, por tratar-se de uma região elevada, tem uma importância fundamental na manutenção do microclima local, e na hidrologia da região. Pode-se dizer também que é a fonte da biodiversidade em todo o chamado sertão do Araripe Pernambucano. É nessa região que uma aliança público-privada está empenhada em promover o monocultivo de eucalipto como fonte de energia para a fabricação de gesso. Os órgãos públicos envolvidos são o Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) e a Universidade Federal Rural de Pernambuco, contando com o apoio dos governos estadual e federal. As empresas privadas incluem a Suzano que tem fornecido mudas de eucalipto, além das empresas de gesso da região que afirmam garantir 95% da produção de gesso do Brasil.

Integrantes dessa aliança público-privada têm afirmado que a plantação de eucalipto em larga escala numa quantidade de até cerca de 300 mil ha seria uma solução “sustentável” para toda a demanda de energia do polo cessoireiro da região. em vez do uso predominante atualmente de lenha oriunda da caatinga. além de petróleo.

Em apresentações na região com o objetivo de promover essa ideia, pesquisadores têm afirmado também que o eucalipto protegeria o solo, consome relativamente pouca água, e que as “florestas” de eucalipto têm um valor adicional para mitigar as mudanças climáticas. Segundo foi divulgado no Diário Oficial de Pernambuco em setembro de 2011, o governo liberaria 6,4 milhões de reais (cerca de 3 milhões de dólares) para “reflorestamento” de “terras degradadas”.

Em primeiro lugar, é difícil pensar uma solução “sustentável” para manter uma atividade que, na realidade, nada tem de sustentável. Trata-se de cerca de 40 minas de gipsita e 140 indústrias de produção de gesso na região, concentradas nos municípios de Araripina e Trindade. A atividade industrial contribui para a formação de um pó branco – sendo gipsita e gesso lançados na atmosfera -que provoca doenças respiratórias graves nos trabalhadores e afeta negativamente a vegetação nas redondezas. Não há controle ambiental e inexistente um trabalho de recuperação das áreas de mineração. Além disso, se for para plantar 300 mil ha de eucalipto nesses municípios, não teria espaço suficiente mesmo se for plantado eucalipto na área toda, já que estes dois municípios juntos abrangem uma área muito menor: 163 mil ha, 140 mil ha em Araripina e 23 mil ha Trindade.

Em segundo lugar, o plantio de eucalipto afetaria os pequenos agricultores na região que predominam na população rural e já são fortemente impactados pela atividade de mineração. A expulsão de agricultores também afetaria negativamente a produção de alimentos na região, lembrando que ninguém come eucalipto... Além disso, é bem sabido que essa monocultura é uma das atividades que menos gera emprego no campo, ou seja, não é uma alternativa de renda para a maioria das famílias camponesas. A experiência de outros lugares, já amplamente divulgada em publicações do WRM, também mostram experiências locais de impactos negativos desse monocultivo sobre o solo e a água.

Mas será que o eucalipto poderia significar uma maior proteção da caatinga? Primeiramente, não é verdade que se planta eucalipto em “terras degradadas”. No mundo todo, isso tem se limitado ao discurso, enquanto na prática as empresas sempre buscam terras planas e férteis para trabalhar, ou seja, aquelas onde geralmente há comunidades camponesas morando e trabalhando. A experiência no norte de Minas Gerais também mostra que,

onde foi plantado para substituir lenha nativa como fonte de energia em processos industriais, o eucalipto não tem conseguido evitar a gradativa destruição do bioma, no caso de Minas Gerais o cerrado. Isso só se resolveria se a pressão do agronegócio de cana, soja, milho, eucalipto, etc., além de outros grandes projetos, como a mineração e a ferrovia Transnordestina na região de Araripina, fosse barrada ou severamente restringida em favor de atividades que de fato beneficiam as populações rurais, como o estímulo à agricultura camponesa.

Alegar que o eucalipto teria um valor adicional para o clima é uma piada de mau gosto. Trata-se de uma absorção temporária de carbono (CO₂) nas árvores de eucalipto em crescimento o qual, na hora da queima da lenha, é liberado novamente. O chamado “mercado de carbono” pelo qual “créditos de carbono” (CO₂), “contabilizados” nos eucaliptos em crescimento dá às empresas poluidoras o direito de continuar poluindo, não resolve a crise climática - ao contrário, adia as medidas estruturais necessárias, como mudar o padrão de consumo excessivo de energia e a matriz energética baseada nos combustíveis fósseis, para reverter realmente a crise climática. Além disso, é preciso ter em mente que, da mesma forma que o petróleo, a biomassa é uma tecnologia arcaica, baseada no destrutivo processo de combustão em larga escala, que é intrinsecamente emissor de CO₂ e poluentes, além de não existir fundamentação científica consistente, para afirmar que, em todo o ciclo produtivo, a energia de biomassa emite menos carbono que o petróleo.

Outra ameaça relacionada à expansão do eucalipto é a introdução da versão transgênica na região. A Suzano, interessada no plantio de eucalipto em Pernambuco, é a empresa mais atuante no Brasil na área de pesquisa com eucalipto transgênico, já tendo comprado recentemente uma das empresas mais reconhecidas na área, a FuturaGene, do Reino Unido, e conseguido autorização para realizar plantios experimentais no Brasil, fazendo um intenso lobby para conseguir autorizar o uso comercial. Os riscos do uso dessa técnica são vários, como o aumento de uso de agrotóxicos e a contaminação genética da fauna nativa; mas só a ciência não confiável da modificação genética já deveria bastar para que as autoridades proibissem o uso dessa tecnologia. mesmo de

forma “experimental”.

Por fim, na região de Araripina, repete-se o fato de que ocorre em outras áreas de expansão da monocultura de eucalipto que a população não é consultada sobre se quer ou não o plantio na região. Isso está sendo pensado apenas por um grupo pequeno de instituições de pesquisa, empresários e políticos. No entanto, as populações que vivem ali há gerações deveriam ser as primeiras a opinar sobre qual será o futuro da sua região. Não é aceitável que apenas pesquisadores indiquem áreas que estariam “disponíveis” para eucalipto. O que significa “disponível” para eles? Será que os moradores dessas áreas concordam com a ideia de que seus territórios estão “disponíveis” para esse fim?

É por isso que moradores e organizações da região, a exemplo do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), têm denunciado esse processo e promovido ações, por exemplo, organizando seminários e realizando um abaixo-assinado pelo qual denunciam que dinheiro público que deveria ser destinado para fortalecer a agricultura camponesa é usado para pesquisa em benefício apenas de empresas privadas. Denunciam também que até os plantios experimentais já realizados deveriam ser proibidos pois são feitos dentro de Área de Proteção Ambiental (APA) da Chapada de Araripe, assim como também deveriam ser proibidos em qualquer área de produção camponesa.

Winnie Overbeek (artigo baseado em visita a campo à região, realizado em maio de 2013)

Referências:

- Diário Oficial do Estado de Pernambuco – 18/09/2011, pg. 2 – “Convênio libera R\$ 120 milhões para o Sertão de Araripe”

- Apresentação “O eucalipto como fonte energético no Pólo Gesseiro de Araripe-PE”,
<http://www.itep.br/siteteste/images/Biblioteca/eucalyptus%20como%20alternativa%20no%20pga%20modo%20de%20compatibilidade.pdf>. <http://arripesolarsustentavel.wordpress.com/>

- Início

- Concentração vietnamita de terras no Camboja e no Laos para plantações de seringueira: sigilo, destruição e violência

As características da borracha natural fazem dela um material competitivo para usos industriais e médicos, mas os produtos relacionados ao transporte, pneus e produtos relacionados, são, de longe, o maior mercado para a borracha natural, respondendo por mais de 50% do consumo.

Apesar de a borracha natural não poder ser facilmente substituída por borracha sintética derivada de produtos petroquímicos, seu preço e sua demanda estão muito relacionados aos da borracha sintética, que, por sua vez, são fortemente influenciados pelos preços do petróleo. Assim, a demanda por borracha natural aumenta à medida que sobem os preços do petróleo e, no atual contexto de altos preços do petróleo, a demanda por borracha natural cresceu e se traduz em pressão sobre terras onde se possam cultivar seringueiras (*Hevea brasiliensis*).

Hoje em dia, a maior parte da borracha é produzida no Sul e no Sudeste da Ásia, com o Vietnã cumprido um papel cada vez maior como país de produção e comércio, e sendo o terceiro produtor, depois da Indonésia e Tailândia. Um novo relatório da ONG Global Witness revelou a crescente pressão por terras de parte de empresas vietnamitas nos vizinhos Camboja e Laos, resultando em concentração de terras em ambos os países, financiada por investidores internacionais, incluindo o Deutsche Bank e a corporação Financeira Internacional (IFC) – braço privado do Banco Mundial relacionado ao crédito. Duas das maiores empresas do Vietnã, a Hoang Anh Gia Lai (HAGL) e a estatal Vietnam Rubber Group (VRG), adquiriram mais de 200 mil hectares de terra através de acordos com os governos do Camboja e do Laos.

Os “barões da borracha” – como a Global Witness tem chamado as empresas vietnamitas que desde 2000 assumiram o controle de mais de 3,7 milhões de hectares de terra, 40% das quais para as plantações de borracha – chegaram em sigilo e com conexões obscuras com as elites locais no Camboja e no Laos, beneficiando principalmente essas elites, enquanto os custos são pagos pelas comunidades rurais pobres e pelos ecossistemas florestais em torno delas.

A pesquisa aprofundada feita pela Global Witness revelou que “há muito pouca informação disponível sobre concessões de terras no Camboja e Laos. Não há cadastro publicamente disponível de propriedades da terra, nem informações sobre as áreas que os governos estão visando para investimento, sobre quando as empresas começam a negociar um contrato de arrendamento da terra, e tampouco há informações sobre os proprietários que se beneficiam. As avaliações de impacto ambiental e social, quando são feitas, não são divulgadas aos potencialmente afetados. Como resultado, na maioria dos casos, as primeiras comunidades locais em ambos os países só ficam sabendo sobre uma empresa que está recebendo terras e florestas nas quais essas comunidades e seus antepassados viveram quando as retroescavadeiras chegam e começam a cavar”.

As duas empresas vietnamitas estão envolvidas na derrubada de florestas intactas dentro e fora de seus limites de concessão. Junto com essa destruição, também desaparecem florestas sagradas e cemitérios dos povos indígenas, as populações locais se queixam de aumento da escassez de alimentos e água, perda de meios de subsistência sem indenização e más condições de trabalho.

O relatório também denuncia que “quando as terras e florestas das pessoas foram tomadas por uma empresa, um dos obstáculos mais significativos para que se possa fazer justiça, recuperar a terra ou mesmo receber indenizações é a falta de acesso aos dados: quem tomou a terra, os limites da concessão, para que a terra está sendo usada e quais os impactos ambientais e sociais previstos para o projeto”.

Quando as comunidades resistem, as forças de segurança armadas vêm em apoio aos investidores, submetendo a população local a perseguição e prisão. O ritmo da concentração de terras acelerou, em conjunto com a violência que a cerca.

O relatório da Global Witness, “Rubber Barons”, está disponível em <http://www.globalwitness.org/rubberbarons/>

- Início

- Guatemala: dendê promove nova expulsão de comunidades rurais



Os monocultivos industriais de dendê se expandiram durante os últimos anos na Guatemala. Uma das regiões com maior incremento é o município de Sayaxché, Petén, onde as empresas definiram que as terras são ideais para a produção de dendê.

Em uma recente visita à Guatemala (1), o WRM entrevistou Lorenzo Pérez Mendoza, coordenador do CONDEG (Conselho Nacional de Despejados da Guatemala), associação dedicada a acompanhar e assessorar as comunidades de Sayaxché em defesa de seus direitos territoriais e trabalhistas.

A população de Sayaxché está composta por pessoas despejadas de diversos pontos do país. No início da década de 1960, chegaram famílias em busca da terra que o Estado entregava a camponeses e indígenas sem terra, por meio de projetos de colonização. A partir do conflito armado interno (guerra civil que durou 36 anos), somaram-se famílias sobreviventes de comunidades massacradas buscando novas terras para se estabelecer. No final da década de 90, durante o processo de paz, o governo regularizou as propriedades, concedendo e garantindo a todas as famílias camponesas e indígenas a posse da terra que ocupavam.

Lorenzo afirma que “as comunidades sofrem atualmente uma segunda expulsão, em sua maior parte, forçada, provocada pelas empresas de dendê. Durante a última década, Sayaxché enfrenta um processo de concentração de terras por parte dessas empresas. Usando distintas estratégias, as empresas foram comprando terras de famílias camponesas e indígenas, de empresas de pecuária e, inclusive, de comunidades inteiras. Pressões e ameaças são frequentes para atingir os objetivos: “Se você não vender, vamos negociar esta terra com a sua mulher”, uma forma indireta para dizer que, se o dono não aceita, matam-no e negociam depois com a mulher dele. A maioria das terras tem posse compartilhada; para vender uma propriedade, exige-se a

assinatura do homem e da mulher. Isso faz com que, ao se ver pressionado pelas empresas para vender, o homem pressiona sua esposa para que assine. A partir daí, surgem graves problemas familiares.

As famílias que resistem a vender vão ficando cercadas pelas plantações de dendê. Ao comprar as terras, as empresas fecham a servidão de passagem, impedindo que os vizinhos cheguem a suas próprias terras por caminhos que tradicionalmente usavam para retirar suas colheitas, o que os obriga a usar outros, mais longos, ou que não estão em condições adequadas e implicam várias horas de caminhada para chegar ao destino. Isso torna quase impossível entrar nas propriedades para cultivar e sair para vender as colheitas ou comprar os insumos básicos. Além disso, os camponeses sofrem com outros métodos de pressão voltada a fazer com que abandonem e vendam suas terras; já foram relatadas queimas e fumigações de seus terrenos e cultivos, e roubo de colheitas.

O coordenador de CONDEG identifica que “a raiz do problema está em dois fatos: um é a política de funcionamento das empresas que têm todo o respaldo do estado – do governador, passando pelo ministério do trabalho, até o governo nacional. Isso nos preocupa muito. Outro é que as instituições do estado que legalizaram as terras não fizeram um mínimo de acompanhamento técnico sobre como manejar a terra, nem ofereceram qualquer incentivo para promover a produção de alimentos. As pessoas que se instalaram no lugar foram se adaptando como podiam à vida no campo, mas, ao mesmo tempo, começam a chegar as empresas com promessas de desenvolvimento e emprego.

Com o tempo, as pessoas comprovam que essas promessas nunca se cumprem. Das famílias que venderam suas terras, algumas se foram, outras acabaram arrendando algum terreno no qual cultivaram alimentos para sua subsistência e, em outros casos, passaram a ser trabalhadores dependentes da empresa de dendê, que se aproveita de populações pobres e com muitas dificuldades econômicas”.

Lorenzo destaca que, em 8 de maio, a mobilização de 13.000 camponeses e trabalhadores do município de Sayaxché contra as empresas de dendê dessa região do país fez um ano, reivindicando melhores condições de trabalho e salários dignos. Até o momento, o governo não cumpriu a promessa de dar resposta às reivindicações apresentadas.

“A mãe terra pode viver sem seres humanos, mas os seres humanos não podem viver sem a mãe terra”, reflete Lorenzo. “As empresas de dendê estão instaladas em terras camponesas, onde antes se cultivava milho, feijão e sementes de abóbora, entre outras culturas, e em lugares onde havia pastagens para criar gado. É propriedade privada, ninguém pode passar porque há guardas privados armados. A gente perde o acesso à água e à coleta de lenha, e se fecham as servidões de passagem. Destruíram o que restava da floresta; não é como o café, que se pode integrar a ela. Eles tiram tudo para beneficiar o monocultivo.

Temos um problema grave em Sayaxché, com casos de desmatamento, poluição e violação dos direitos trabalhistas e de acesso à terra (2). Agora que está tudo coberto de dendezeiros, as pessoas se dão conta de que o dendê não se come, nem os animais comem, ele só é útil para as empresas”.

(1) O WRM, em conjunto com a SAVIA – representante, na Guatemala, da RECOMA (Rede contra as Monoculturas de Árvores na América Latina) – e com a colaboração da REDE MANGUE (Redmanglar), visitou o país, realizando várias atividades de difusão e registro de testemunhos sobre os impactos da expansão dos monocultivos de dendê nas populações locais.

(2) Para ampliar esta informação, acesse os relatórios elaborados pela CONDEG: “Investigación y documentación de casos de violaciones de derechos de paso de las personas y/o comunidades del municipio de Sayaxche, departamento de Petén” e “Aproximación a las prácticas de violación a los derechos laborales en las fincas de palma africana, Sayaxche, Peten. ¿Neocolonialismo?” disponíveis em:

<http://wrm.org.uy/paises/Guatemala/casos-derecho-de-paso.pdf> e <http://wrm.org.uy/paises/Guatemala/informe-CONDEG-EMPLEO.pdf>

- Início

- Serra Leoa: aquisição de terras em grande escala para o negócio do dendê no distrito de Pujehun

Seguindo uma tendência global, por meio de contratos de arrendamento de terras em grande escala, empresas e investidores estão assumindo o controle de áreas significativas em Serra Leoa, um país cerca de 7,2 milhões de hectares, dos quais 74% são considerados adequados para a agricultura e onde cerca de 60% da população – uns 3,5 milhões de pessoas – dependem da agricultura familiar para sua subsistência.

Pesquisa realizada pelo Instituto Oakland e pela Green Scenery no final de 2010 mostrou que mais de 500 mil hectares haviam sido ou estavam sendo adquiridos por investidores estrangeiros em Serra Leoa, principalmente no distrito de Pujehun.

Após o processo, em um recente relatório baseado em números sobre arrendamentos de terra registrados, a Green Scenery calcula que 60% da área total do distrito de Pujehun já estejam sendo ou logo poderiam ser convertidos à agricultura industrial em grande escala, principalmente plantações de dendezeiros. Isso implicaria que algumas empresas concentrem o controle de mais de 75% da terra arável do distrito. Apenas uma delas, a Biopalm Energy Limited, registrada em Cingapura e parte do grupo indiano SIVA, controla cerca de 98.500 hectares, perto de um quarto (23,9%) de todo o distrito de Pujehun.

A pesquisa constatou que um pequeno grupo de pessoas está por trás de várias empresas diferentes envolvidas nos negócios de terras no distrito de Pujehun, revelando que a principal intenção por trás das aquisições de terras é a especulação em busca de altas taxas de retorno nas transferências, em vez de criar novas oportunidades para os agricultores e as comunidades locais melhorarem suas vidas, ou até mesmo novas receitas para o Estado.

A arrendamento de grandes extensões de terra a investidores por 50 a 100 anos vai privar as comunidades agrícolas locais de suas terras e árvores, deixando-as com muito pouco para seu sustento.

Na maioria dos casos, conclui-se que as consultas careciam de legitimidade, já que muito poucos interessados participam na fase inicial, jovens e mulheres foram excluídos das decisões, as autoridades das chefias (unidades sociais envolvendo várias aldeias) não estavam plenamente conscientes dos documentos registrados ou de seus detalhes – como tamanho, mapa da pesquisa, duração do arrendamento, procedimentos de pagamento – e pareciam ignorar que os contratos eram documentos obrigatórios.

No final das contas, as grandes empresas é que recebem o maior lucro, enquanto os pequenos produtores, que são os pilares da segurança alimentar do país, com culturas como arroz, mandioca, batata-doce, amendoim e dendê, terão que enfrentar uma drástica redução na disponibilidade de terras agrícolas.

Essa situação afetará inevitavelmente a segurança alimentar, diz a Green Scenery, que lançou uma nota à imprensa denunciando a situação e exigindo que os parceiros internacionais de Serra Leoa reconheçam as conclusões das organizações da sociedade civil e as queixas de tribos e comunidades afetadas. A Green Scenery exige que o governo reexamine a política para atrair investimentos estrangeiros privados na agricultura de monoculturas em grande escala, bem como declare e imponha uma moratória sobre os grandes investimentos em agricultura, antes que seja tarde demais.

Artigo baseado na nota à imprensa “Is our country part of the ‘wild west’? A moratorium on large-scale land leases for agriculture is urgently needed in Sierra Leone,” Green Scenery, www.greenscenery.org/publications, e no relatório de “Land Investment Deals In Sierra Leone. Green Scenery Briefings Part I – IV,” http://www.oaklandinstitute.org/sites/oaklandinstitute.org/files/2011_10_GS%20Briefings_layout_web.pdf

- Início

POVOS EM AÇÃO

- Quarta marcha uruguaia em defesa da Terra, da Água e da Vida

No dia 10 de maio de 2013, em Montevidéu, Uruguai, aconteceu a 4ª Grande Marcha Nacional em Defesa da Terra, da Água e da Vida, com participação de aproximadamente 20.000 pessoas sob a palavra de ordem “De todas as partes, marcham. O Uruguai é natural”.

Cerca de 40 grupos de todo o país participaram da convocatória para a marcha, como resposta à concentração e à estrangeirização crescentes da terra no Uruguai, onde 42% da área cultivável estão em mãos estrangeiras. Por outro lado, os monocultivos avançam cada vez mais: 1.500.000 hectares se destinam à soja transgênica, outro tanto, ao milho transgênico, e outros 1.500.000 hectares, ao florestamento com pinus e eucaliptos. Essa superfície certamente aumentará, já que, este ano, a empresa Montes del Plata projeta inaugurar a maior fábrica de celulose do mundo.

<http://www.noalamina.org/mineria-latinoamerica/mineria-uruguay/cuarta-marcha-uruguay-en-defensa-de-la-tierra-el-agua-y-la-vida-2>

- Início

- Ajude a parar os eucaliptos transgênicos

De 26 maio a 1º junho, ocorreu a conferência International Tree Biotechnology 2013, em Asheville, Carolina do Norte, Estados Unidos. A conferência é uma reunião de defensores de árvores geneticamente modificadas e cientistas que trabalham com o tema. A Campanha para acabar com as Árvores Transgênicas, junto com as organizações Join Earth First! e Global Justice Ecology Project, tinha chamado a resistir à conferência e realizou

uma semana de resistência às árvores geneticamente modificadas. Os manifestantes disseram que, se legalizadas, as árvores transgênicas levariam à destruição de florestas nativas e da biodiversidade no Sul dos Estados Unidos, e seriam economicamente devastadoras para as comunidades rurais. Depois de interromper por 20 minutos uma importante apresentação do engenheiro de árvores belga Wout Boerjan, intitulada “Engenharia de árvores para biorrefinaria”, dois moradores de Asheville foram presos.

A matéria completa, com fotos, pode ser encontrada aqui: <http://globaljusticeecology.org/stopgetrees.php?tabs=0>

e a informação mais recente no <http://globaljusticeecology.org/pressroom.php?ID=646>

- [Início](#)

- Unificar a luta pela Amazônia no Brasil

Em 2 de maio, cerca de 200 povos indígenas, comunidades ribeirinhas e pescadores se uniram em um momento histórico de unidade e luta pela Amazônia e seus povos, no canteiro de obras Pimental, da usina de Belo Monte, cuja área desocuparam alguns dias mais tarde, e ocuparam novamente no dia 27 de maio, acusando o governo de não cumprir com suas promessas. Eles exigem que o Governo Federal defina com clareza a regulamentação da consulta prévia e informada aos povos indígenas e suspenda imediatamente todas as obras e os estudos relacionados às barragens nos rios onde eles vivem. O governo brasileiro tem desrespeitado e agredido repetidamente as populações tradicionais, e conduziu estudos nas terras delas sem as ouvir. Com frequência, os pesquisadores que faziam os estudos necessários para o licenciamento foram acompanhados por tropas militares, veículos de guerra e munição.

Entre as comunidades guerreiras presentes no protesto estão os povos mundurucus da bacia do rio Tapajós, que viajaram cerca de 900 quilômetros para se solidarizar com os povos do Xingu. O povo indígena Munduruku tem resistido à construção de um complexo hidrelétrico em suas terras no Médio Tapajós, em Itaituba. Como resultado, foi vítima de agressão do Estado na chamada “Operação Tapajós” (ver Boletim 189 do WRM).

[http://amazonwatch.org/news/2013/0503-a-united-cry-against-dams-in-the-amazon?
utm_source=Amazon+Watch+Newsletter+and+Updates&utm_campaign=c88fe43d23-
eoa+bmd+blog+plus+20130507&utm_medium=email&utm_term=0_e6f929728b-c88fe43d23-339991282](http://amazonwatch.org/news/2013/0503-a-united-cry-against-dams-in-the-amazon?utm_source=Amazon+Watch+Newsletter+and+Updates&utm_campaign=c88fe43d23-
eoa+bmd+blog+plus+20130507&utm_medium=email&utm_term=0_e6f929728b-c88fe43d23-339991282),
<http://amazonwatch.org/news/2013/0502-indigenous-peoples-launch-new-occupation-on-belo-monte-dam-site>,
<http://amazonwatch.org/take-action/belo-monte-justice-now>;e
<http://www.xinguvivo.org.br/2013/05/27/governo-nao-cumpre-palavra-e-indigenas-ocupam-belo-monte-novamente/>

- [Início](#)

- Parem de destruir a Floresta Tropical Yasuni

Os huaoranis, último grupo conhecido dos povos indígenas que ainda vivem em isolamento voluntário na região amazônica do Equador conhecida como Parque Nacional e Reserva da Biosfera Yasuni, são ameaçados pela invasão de projetos de exploração de petróleo, colonos e madeireiros ilegais.

Agora, alguns huaoranis de Yasuni estão desenvolvendo novas maneiras de permitir que seus familiares continuem vivendo em isolamento voluntário e protejam a floresta que é a sua casa e fonte de vida. Eles lançaram um abaixo-assinado dirigido ao presidente do Equador, exigindo um título legal de posse sobre seu território ancestral e reformas nas leis do Equador para proteger suas terras e seu direito de viver como huaoranis.

Você pode assinar o abaixo-assinado em <http://www.change.org/petitions/presidente-de-la-republica-de->

você pode assinar o abaixo-assinado em <http://www.change.org/petitions/presidente-de-la-republica-de-ecuador-stop-destroying-yasuni-rainforest-something-must-remain-for-the-huaorani>.

- [Início](#)

- Protesto na Índia contra a repressão continuada por parte do Estado em movimento de pessoas que se opõem à POSCO

No contínuo de ataques brutais à luta contra a aquisição forçada de terras para uma usina siderúrgica da empresa POSCO em Odisha, Índia, o caso mais recente de repressão foi a detenção ilegal do líder do partido Posco Pratirodh Samgram Samiti (PPSS) Abhay Sahoo, no aeroporto de Bhubaneswar, pela polícia de Odisha, no dia 11 de Maio.

De 16 de maio de 2013 em diante, uma ampla plataforma do Posco Pratirodh Jan Sangharsh Manch (PPJSM), em Odisha, deu início a uma manifestação por um período indefinido, exigindo o cancelamento imediata do projeto e a libertação dos líderes do PPSS Abhay Sahoo, Laxman Paramanik (vítima de um atentado a bomba no início de março), Promod Das e outros dois.

- [Início](#)

- Carta de solidariedade a comunidade do Cumbe, Ceará, Brasil, frente à criminalização

As comunidades e organizações internacionais, membros da RedManglar, expressam sua solidariedade à comunidade do Cumbe e, ao mesmo tempo, expressam repúdio às ações de criminalização impetradas contra a comunidade pelos interesses particulares do empresário Rubens Gomes dos Santos, que tem tentado por todos os meios reativar de maneira ilegal uma fazenda de camarão abandonada.

Envie sua assinatura de apoio e solidariedade para o e-mail: luvital@gmail.com;
http://www.redmanglarinternacional.org/sitio/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=44&Itemid=71

- [Início](#)

RECOMENDADOS

- “Um panorama das plantações industriais de árvores no Sul Global. Conflitos, tendências e lutas de resistência”,

o Relatório Ejolt N° 3 acaba de ser publicado no idioma bahasa.
http://www.wrm.org.uy/publications/EJOLTplantations_Bahasa.pdf

- [Início](#)

- “**Walking on Caves of Fire**”, de Nnimmo Bassey, registra sua impressão sobre os níveis de impactos da mineração em Witbank, Old Coronation mine e outras comunidades em Highveld, a partir de uma visitá de campo na província de Mpumalanga, África do Sul, organizada pela Amigos da Terra-África do Sul, como prelúdio à conferência Oilwatch (Observatório do Petróleo) África, realizada em Midrand, África do Sul, em meados de maio de 2013. <http://nnimmo.blogspot.com/2013/05/walking-on-caves-of-fire.html>

- [Início](#)

- **“Towards a Post-Oil Civilization. Yasunization and other initiatives to leave fossil fuels in the soil”**. O Relatório EJOLT no. 6 acompanha a trajetória do nascimento e crescimento da ideia de deixar o petróleo no solo. Também analisa as ligações entre a proposta e o movimento mundial em defesa de povos indígenas, bem como discute os aspectos financeiros da proposta Yasuni ITT, posicionando-se contra o “comércio de carbono”.
http://www.ejolt.org/wordpress/wp-content/uploads/2013/05/130520_EJOLT6_High2.pdf

- [Início](#)

- **“Genetically Engineered Trees and Bioenergy. A Growing Threat to Forests and Communities”**, documento atualizado do Global Justice Ecology Project que analisa o estado das árvores transgênicas e da bioenergia.
<http://globaljusticeecology.org/file/Analysis%20of%20the%20State%20of%20GE%20Trees%20May%202013.pdf>

- [Início](#)

- **“La ruina de la fractura hidráulica”**, relatório da ONG Ecologistas en Acción que procura revelar a falsidade dos mitos sobre esta técnica de extração de tipos de gas não convencionais.
<http://www.ecologistasenaccion.org/article25805.html>

- [Início](#)
